

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
5**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015

Rodolfo Silva Marques

Universidade da Amazônia/Faculdade de Estudos
Avançados do Pará
Belém-PA

Bruno da Silva Conceição

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(Doutor em Ciência Política)
Porto Alegre-RS

Luciana Pazini Papi

Faculdade de Administração/Universidade Federal
do Rio Grande do Sul
Porto Alegre-RS

RESUMO: O objetivo do artigo é analisar o papel do principal jornal impresso do Rio Grande do Sul na abordagem da crise político-econômica estadual de José Ivo Sartori do PMDB. Verificamos qual o papel exercido pela mídia na reprodução de um imaginário que historicamente valorizou o Executivo Federal como o grande protagonista da política brasileira, frente aos líderes locais, sobretudo em contextos de crise. No campo metodológico, serão analisadas as capas de sábado do Jornal Zero Hora, do Grupo RBS, do período de janeiro até dezembro de 2015. O tratamento dos dados, no presente trabalho, é feito por meio de análise de conteúdo a partir de valências, também se considerando outros mecanismos qualitativos, como a avaliação imagética,

análise de infográficos e outros recursos de edição. Os resultados da pesquisa permitem concluir que, em sua capa, especialmente, o jornal Zero Hora trata de forma razoavelmente igual tanto a Presidente Dilma Rousseff quanto o Governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori (PMDB), com ênfase em assuntos econômicos. Em ambos os casos, tanto a Presidente da República quanto o Governador são retratados negativamente.

PALAVRAS-CHAVE: Zero Hora; Crise Política; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the role of the main printed newspaper of Rio Grande do Sul in the approach to the state political and economic crisis of José Ivo Sartori of the PMDB. We verified the role played by the media in the reproduction of an imaginary that historically valued the Federal Executive as the main protagonist of Brazilian politics, in front of local leaders, especially in crisis contexts. In the methodological field, the covers of Saturday of the newspaper Zero Hora, of the RBS Group, from the period of January to December of 2015 will be analyzed. The data treatment, in the present work, is done through analysis of content from valences, also considering other qualitative mechanisms, such as imaging evaluation, infographic analysis and other editing resources. The results of the

survey allow us to conclude that, in its cover, especially the newspaper Zero Hora treats fairly equally both President Dilma Rousseff and the Governor of Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori (PMDB), with an emphasis on economic issues. In both cases, both the President of the Republic and the Governor are portrayed negatively.

KEYWORDS: Zero Hora; Political Crisis; Rio Grande do Sul.

1 | INTRODUÇÃO

Uma versão preliminar desse texto foi apresentada no 40º Encontro da ANPOCS, em outubro de 2016, na cidade de Caxambu-MG. No momento atual de crise que o país enfrenta, sobretudo a partir de 2015, o desequilíbrio entre as abordagens dos grandes veículos de comunicação para a crise econômica e política começaram a se evidenciar quando “estouraram” uma crise federal, com denúncias de corrupção no governo da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), e uma crise estadual, no Rio Grande do Sul, onde o governo de José Ivo Sartori, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), iniciou uma onda recessiva com cortes de gastos nos serviços públicos, aumento de impostos e atraso de pagamentos dos servidores do executivo.

Há traços enraizados no imaginário social brasileiro que institui o *centro político do país* como principal protagonista da política nacional (FAORO, 2012, HOLANDA, 2006; CARVALHO, 2004; ARRETCHE, 2012). Embora do ponto de vista constitucional exista a prerrogativa de autonomia política, administrativa e fiscal entre os entes federados, desde 1891, o que se observou no decurso histórico das relações federativas brasileira foi a preponderância simbólica do centro sobre as partes em função dos recursos de poder acumulados, a partir de 1930, quando os esforços para a construção do Estado nacional forçam a balança para o lado da centralização (ARRETCHE, 2012). Apesar do interregno democrático de 1946-1964, em que se teve um contexto mais descentralizado, seguiu-se um período de forte centralização, no regime autoritário de 1964-1985, que reforçou a atuação do governo federal como uma força principal e, por que não, acima do pacto federativo (ABRÚCIO, 2006).

É claro que não podemos esquecer matizes interpretativas que entenderam a federação como descentralizada desde sua fundação, atribuindo ao poder local a tarefa ‘civilizatória’ e o principal *lócus da vida política nacional* (FIGUEIREDO e LAMOUNIER, 1996, ABRUCIO e SOARES, 2001).

Com a Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, esse padrão descentralizado passou a ser ressaltado pelos integrantes da Assembleia Nacional Constituinte que, reclamando maiores fatias de poder, apelaram fortemente ao discurso e práticas descentralizadoras. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha estabelecido responsabilidades correlatas e compartilhadas atinentes à gestão econômica e fiscal, assim como no estabelecimento de competências específicas a

cada ente federado quanto a políticas públicas, isto muitas vezes não é percebido pelos cidadãos tornando simplista a responsabilização de um único ente, geralmente sobre o município por ser a esfera mais próxima da vida cotidiana, ou sobre a União que possui responsabilidades e peso político destacados.

Buscamos analisar aqui qual o papel do jornal Zero Hora como formador e reprodutor do imaginário político de crise da sociedade gaúcha. Nossa hipótese de pesquisa é de que as abordagens das crises nacional e estadual feitas pelo jornal Zero Hora, no ano de 2015, têm ratificado a imagem do governo federal como grande protagonista dos males político-econômicos tanto no Brasil, quanto no Rio Grande do Sul, já que os principais veículos de comunicação estão, na maioria das vezes, culpando a Presidência da República pelos problemas do país e dos estados (FERES, JR e SASSARA, 2016).

Para testar esta hipótese, inicialmente remontamos o histórico das relações federativas brasileiras trazendo fatos que demonstram como o governo federal tornou-se sinônimo de *locus* irradiador do poder nacional. Em seguida, pela visão da teoria da *agenda-setting*, mostramos como a forma de apresentação das manchetes e o conteúdo delas se inter-relacionam na perspectiva do agendamento das informações para o leitor. Neste sentido, o foco das crises locais acaba sendo interpretado como um reflexo das questões nacionais.

A correlação das ideias presentes na teoria do agendamento com a construção e a reconstrução simbólica realizadas pela mídia é percebida na maneira como o veículo de comunicação avaliado – jornal “Zero Hora” – trata as crises de gestão e econômica no Brasil, em um âmbito geral e no Rio Grande do Sul, em um campo específico.

Do ponto de vista metodológico, lançamos mão de análise de conteúdo das capas do noticiário impresso Zero Hora, do Grupo de Comunicação RBS, o mais destacado jornal e mais comercializado no Rio Grande do Sul. Foram analisadas 39 capas do jornal, da edição de sábado, voltadas para a crise política estadual ou nacional. A escolha de análise sobre as capas se deveu ao fato do conteúdo comunicado, segundo Lippmann (2008) e McLuhan (1980), ter ênfases distintas em forma de letras e destaques das notícias, servindo de indicador para entender os diferentes pesos dados às crises acima relatadas. Este fato contribui para o entendimento do fenômeno proposto para que o estudo não fosse enviesado por outras variáveis como a posição do editorial ou de colunistas que necessitariam de outras gramáticas interpretativas.

A técnica utilizada foi a análise de valências que nos permitiu interpretar as mensagens inseridas nas manchetes das capas de Zero Hora dentro de um enquadramento positivo, negativo ou neutro da mensagem transmitida pelo jornal aos seus leitores (FERES, JR, 2016; FERES, JR e SASSARA, 2016). A análise das capas deu-se também por meio do software NVivo, em que a partir de categorização de frases e expressões por frequência numérica simples e nuvens de palavras demosmos as associações entre crise política relacionada ou ao governo federal, ou ao governo estadual. O tratamento dos dados é feito, pois, através da análise de valências,

também se considerando outros instrumentos qualitativos, como as análises imagética e de infográficos.

2 | FEDERAÇÃO E O PAPEL DO 'CENTRO' NA VIDA POLÍTICA BRASILEIRA

Não é novidade para a Ciência Política o papel simbólico do 'centro', o executivo federal brasileiro, como o grande irradiador da política nacional e ordenador das relações sociais. Por razões históricas e raízes profundas que remontam processos como a colonização e a formação como Estado-nação, o nosso transcurso histórico operou majoritariamente na concentração da autoridade política no centro, como postularam algumas gerações de autores como Raimundo Faoro (2012), José Murilo de Carvalho (2004) e Martha Arretche (2012).

Mas apesar desse diagnóstico sobre a organização simbólica do poder no Brasil, somos uma república federativa desde 1891 significando que na distribuição da autoridade política do Estado nacional há um compartilhamento de autonomia formal entre os órgãos centrais de governo e as unidades regionais desde essa época e que se ratificou com a Constituição Federal de 1988 (ABRÚCIO, 2006). Ademais, os poderes regionais e locais na história brasileira também possuem seu legado tendo em alguns períodos grande protagonismo, como na Primeira República.

Então, como explicar esse papel simbólico do poder central no imaginário político brasileiro? Por que o Brasil se tornou uma federação e não um Estado Unitário se no seu processo fundador há processos como a continuidade das instituições políticas portuguesas e uma espécie de cultura centralizadora que se trasladou para a colônia (FAORO, 2012, HOLANDA, 2006; CARVALHO, 2004)? Que impactos possuem a escolha da matriz federativa para a vida política nacional?

Os estudos sobre federalismo são antigos e de maneira geral se relacionam a questão da divisão de poder garantida entre governo central e os governos regionais. As definições para o fenômeno não são consensuais, mas de maneira mínima podemos considerar o federalismo como uma forma particular de organização estatal em que através da divisão de poder entre as instituições centrais e estados membros, com base em suas respectivas constituições, promove-se a integração de diferentes entidades territoriais respeitando sua diversidade e observando sua imprescindível unidade estatal. Diferencia-se, portanto, do modelo de Estado Unitário, no qual a autoridade está concentrada em um único nível de governo.

Em geral, a fórmula federativa é adotada por países em diferentes circunstâncias históricas e deriva de uma 'situação federalista', ou seja, a existência de heterogeneidades internas de cunho territorial, étnico, linguístico, desigualdades socioeconômicas, diferenças no processo de constituição das elites, que possam colocar a estabilidade e a existência do todo sob ameaças disjuntivas (BURGESS e GAGNON, 1993). Trata-se, portanto, de uma estratégia de distribuição de poder encontrada por estados e

nações, em diferentes circunstâncias históricas, para garantir a unidade e a autonomia das partes.

No caso brasileiro a fórmula federativa foi adotada formalmente em 1891, o que significa afirmar que, na distribuição da autoridade política do Estado nacional, há um compartilhamento de autonomia formal entre o governo central e as unidades regionais formais desde esse período (ABRÚCIO, 2006).

Com o transcorrer dos anos entre o império e a república, seguiu-se o fortalecimento dessas elites locais que faziam de seu território *locus* de identidade nacional e de domínio. Dessa forma, pode-se afirmar que logo após a independência do país, em 1822, a lei e a ordem no interior do Brasil foram administradas pelos coronéis (LEAL, 1975).

Partindo da noção de Burgess e Gagnon (1993) de que uma federação nasce de uma situação 'federalista', pode-se sustentar que, no Brasil, a fórmula federativa foi adotada para dar conta da administração de um Estado de grande extensão territorial, assim como para acomodar essa diversidade de elites locais que se fortaleciam e de elites centrais que buscavam a manutenção da ordem e da unidade territorial durante todo o primeiro século pós-independência do país.

A centralização tributária foi o mecanismo estratégico para tornar o executivo federal dotado de poder de agenda sobre os entes federados. Além disso, como é amplamente reconhecido, as bases simbólicas do federalismo foram derrubadas no ritual de queima das bandeiras estaduais feita por Getúlio Vargas no começo do Estado Novo, eliminando quaisquer dúvidas sobre o projeto de unidade nacional pela via da centralização.

No Regime Militar (1964-1985), a estratégia de desenvolvimento nacional se ancorava, de forma análoga, ao discurso desenvolvimentista em que caberia ao Estado e seu aparato burocrático/administrativo centralizador levar a prosperidade e garantir o crescimento econômico à população. Com efeito, esse foi um período que, embora sustentado no estado de exceção, deu seguimento ao projeto de progresso econômico e produtivo elevando a taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro, entre 1968 a 1973, a 10% ao ano (ABRÚCIO, PEDROTI E PÓ, 2010; e ARRETCHE, 2012).

No caso brasileiro, com a abertura política e a eleição de prefeitos e governadores, em 1982, as pressões pela adoção de tais reformas tomaram impulso. Por meio do discurso oposicionista ao centralismo, tais atores reclamaram a descentralização e a autonomia, utilizando como maior bandeira a democracia. Na esteira desse processo, com os trabalhos da Assembleia Constituinte, na qual muitos desses representantes locais participaram ativamente, restituíram-se as bases federativas do Estado brasileiro com um fato inédito: além dos estados, os municípios foram alçados à condição de entes federativos, tornando-se autônomos do ponto de vista constitucional para: a) eleger seus governantes e legisladores; b) comandar diretamente sua administração; c) elaborar uma legislação referente às competências que lhe cabem; e, por fim, d)

cuidar de sua estrutura tributária e financeira.

Aos estados pouco coube nesse novo pacto estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que atribuiu um conjunto de responsabilidades sociais diretas aos municípios e tornou a União, ao contrário de muitos discursos, ainda mais dotada de capacidades de definição de agenda para a federação. Isso se deve em partes à ampliação do campo jurisdicional da União, contida na Constituição de 1988, que pode iniciar legislação em praticamente qualquer área de política pública, contando com importante capacidade regulatória para influir na agenda dos governos subnacionais (ARRETCHE, 2012). Ademais, o Supremo Tribunal Federal (STF) vem decidindo sistematicamente que as leis estaduais e municipais reflitam os dispositivos federais, impondo uma hierarquia das normas constitucionais e uma restrição à autonomia delegada pela Constituição de 1988 aos entes federados. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o processo descentralizador e a Constituição de 1988 não foram capazes de reverter a marca do federalismo brasileiro, que reside na centralidade do papel ordenador do governo central e sua capacidade de propor políticas e programas públicos aos governos locais, que atuam mais como implementadores de políticas públicas (PAPI, 2014).

3 | ASPECTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Dentro do campo das Teorias da Comunicação, a Teoria do Agendamento - *agenda-setting* - foca no jornalismo como um “distribuidor de saberes”. A conceituação surgiu com Walter Lippmann, nas décadas de 1940 e de 1950, com a premissa de que “a notícia não é um espelho das condições sociais, mas um relato de um aspecto que se impôs”. A teoria do agendamento apresenta a explicação de que os consumidores de notícias têm uma tendência a considerar mais importantes os conteúdos veiculados na imprensa; assim, os meios de comunicação “agendariam” nossas conversas. A Teoria do Agendamento parte da premissa de que as notícias existem e têm determinadas características porque os veículos de comunicação buscam direcionar com os leitores e espectadores devem pensar a respeito dos fatos noticiados. A perspectiva teórica sugere, pois, que os meios de comunicação tendem a “agendar” nossos diálogos e conteúdos (WOLF, 2001). Nessa perspectiva teórica, a influência da mídia no dia-a-dia das pessoas está na própria dinâmica de funcionamento das empresas de comunicação, a partir de seus critérios de noticiabilidade e com sua cultura peculiar. Prevalece a ideia de que as pessoas têm tendência para incluir – ou mesmo excluir – em seus conhecimentos o que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo (SHAW apud WOLF, 2001).

Colocando isso em uma perspectiva local, a influência dos Grupos de Comunicação da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS) é muito forte e presente junto aos cidadãos gaúchos, através de seus vários veículos de comunicação (televisão, rádio, jornal

impresso e portal online). Um dos destaques da RBS é o Jornal Zero Hora. Fundado em 04 de maio de 1964, logo após o golpe civil-militar no Brasil, é o mais importante jornal da região sul do país. Editado em Porto Alegre, atualmente conta com mais de 200 jornalistas em sua redação, vários cadernos culturais e de prestação de serviços, e uma presença digital como portal de notícia (ZeroHora.com.br) e em redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter*. O Jornal Zero Hora é um dos cinco maiores do Brasil e se consolidou como o principal do Rio Grande do Sul, liderando o mercado, em especial, a partir dos anos 1960. O jornal auxiliou a criar um padrão de consumo e de recepção de práticas discursivas junto ao público gaúcho. A Teoria do Agendamento ajuda a identificar o posicionamento do jornal Zero Hora no imaginário e no grau de influência junto à população gaúcha.

O Grupo RBS sempre ocupou importante posição empresarial no Rio Grande do Sul, detendo, em 2009, 80% do controle do mercado publicitário da região e comandando a área televisiva em termos quantitativos. Ainda com dados entre 2009 e 2011, havia no Rio Grande do Sul aproximadamente 200 títulos de jornais membros da Associação Rio-Grandense de Imprensa. O jornal Zero Hora era lido, no início da década, por cerca de um milhão e meio de leitores, embora tenha perdido números absolutos entre 2017 e 2018, até mesmo pela queda de interesse geral do brasileiro em relação à leitura de jornal. Há uma vasta literatura, basicamente no campo da comunicação, que vem nos últimos anos analisando, de maneira particular, as notícias veiculadas no jornal e seu direcionamento no imaginário gaúcho, desde uma perspectiva de agente ativo da opinião pública sobre os governantes ou mesmo na mensagem interna de isenção que a empresa busca transmitir para o seu público (OLIVEIRA, 2004; MISOCZL e FERREIRA, 2005; FELIPPI, 2006; QUEVEDO, 2006; TATSCH, 2007; RECK, 2011; LINCKE, 2014).

Nossa hipótese é de que as manchetes e chamadas de capa de Zero Hora vão na direção de colocar uma imagem negativa da Presidente da República e uma imagem neutra do Governador do Rio Grande do Sul, no ano de 2015, fortalecendo a visão crítica ao centro político nacional. Uma discussão crítica da utilização dessa abordagem das valências tem sido recorrente na literatura sobre mídia política, mas essa abordagem nos parece mais correta para medir a parcialidade do jornalismo gaúcho (FERES JÚNIOR e SASSARA, 2016; MIGUEL, 2016).

Selecionamos as edições das capas de sábado, de janeiro até dezembro de 2015, por se tratar de uma espécie de 'resumo da semana' que busca informar o leitor trabalhador semanal que porventura não consegue acessar diariamente o jornal. Este recorte permitiu aos pesquisadores pontuar alguns aspectos relevantes para a pesquisa. No total, foram analisadas 39 capas da edição de sábado que produziram 50 manchetes envolvendo o governo federal e/ou o governo estadual. Essas manchetes foram observadas a partir de análise de conteúdo e de valências, buscando denotações do posicionamento midiático e editorial do jornal. E, por fim, são utilizados os recursos do *software NVivo* para uma análise também quantitativa do uso de termos

correlacionados à classe política feitos pelo jornal “Zero Hora”, inserindo os dados das manchetes e as principais fotos utilizadas, trazendo agrupamentos importantes de informações e dados.

4 | ANÁLISE DOS DADOS

Antes de passar para a análise dos dados faz-se necessário uma breve recapitulação da crise política nacional e estadual. O ponto de partida da crise nacional foram os meses de junho e julho de 2013. Inicialmente voltados para contestar o aumento das tarifas de ônibus nas capitais, as manifestações se estenderam por todo território nacional e logo recaíram sobre questões como corrupção e questionamento à política formal.

Já no início de 2015, medidas foram tomadas pelo governo petista para acalmar os ânimos das ruas, sendo que a equipe econômica e os principais quadros do governo federal foram substituídos para tentar acomodar o centro, especialmente o PMDB maior partido de coalizão do governo. Porém, as medidas adotadas pouco contribuíram para amenizar o clima político. A substituição do ministro da Fazenda, Guido Mantega, por Joaquim Levy não contentou a classe média que foi para as ruas em 2013. Dessa forma, outros manifestos e protestos começaram a vir a público, como os painelaços e marchas em espaços públicos aos domingos, já mais organizados e com uma bandeira bem definida: a deposição da presidenta e o encerramento do ciclo econômico-social iniciado pelo PT.

No que tange ao âmbito político regional, a eleição de 2014 não foi marcada pela mesma intensidade de conflitos que o âmbito nacional. Ao contrário, parecia haver certa inércia entre os eleitores, até mesmo como um reflexo do processo desencadeado em nível nacional, e uma oposição apriorística ao partido do governador que se recandidatara ao cargo. Mesmo assim, no início do pleito havia certa equivalência de intenção de votos entre o mesmo e a principal opositora, Ana Amélia Lemos do PP que liderava as pesquisas em agosto de 2014 com 39% de intenções de voto contra 30% de Tarso Genro, segundo IBOPE.

José Ivo Sartori, político do interior do estado, com um discurso ameno e um posicionamento de centro quase despolitizado, acabou se apresentando como uma terceira via naquelas eleições. Desta maneira, quando toma posse o governador José Ivo Sartori do PMDB, inicia a implementação de seu plano político. Anuncia cortes de gastos em inúmeras áreas e suspensão do pagamento de despesas deixadas por Tarso Genro, os chamados “restos a pagar”, por um período de seis meses; cancela nomeações e concursos públicos. Em maio de 2015 inicia o parcelamento de salários dos servidores; dá o calote na dívida da União e logo em seguida aumenta as alíquotas de ICMS de 17% para 18% que é aplicada a operações e prestações de serviços sem alíquota específica. Já as alíquotas sobre energia elétrica, álcool, gasolina e telefonia fixa e móvel sobem de

à Presidente petista ou ao Governador peemedebista. O mecanismo usado foi o da análise de valências, a partir das mensagens inseridas nas manchetes das capas de Zero Hora dentro de um enquadramento positivo, negativo ou neutro (FERES, JR, 2016; FERES, JR e SASSARA, 2016).

	Positiva	Neutra	Negativa
Dilma Rousseff	4	20	38
José Ivo Sartori	6	2	30

Tabela 1. Análise de valências das manchetes de capas de Zero Hora (%)

Fonte: Zero Hora, nº de casos = 50. Dados processados pelos autores.

Contra intuitivamente ao postulado anterior sobre o papel e peso da política nacional na vida dos cidadãos percebe-se que, por mais que as manchetes positivas sejam raridade na cobertura política do jornal, tanto Dilma Rousseff quanto José Ivo Sartori são bastantes criticados em relação as respectivas crises político-econômicas. Nessa verificação quantitativa das manchetes de Zero Hora observa-se uma equivalência de críticas aos dois gestores sobre as crises político-econômicas federal e estadual em 2015.

Esses dados são contrastantes com o perfil histórico de relação entre o Estado brasileiro e a sociedade, e o papel do primeiro na execução de questões relevantes à população – que vão da economia às políticas públicas –, através dos serviços públicos e das imagens e interpretações veiculadas pela mídia ao longo dos anos (PAPI, 2014).

	Economia	Protestos	Má Gestão
Dilma Rousseff	Ajuste Fiscal; Inflação	Desemprego; Escândalo da Petrobrás	Crise na Base Governamental
José Ivo Sartori	Rombo no Caixa Estadual	Greves dos Professores	Parcelamento de Salários

Tabela 2. Principais assuntos nas manchetes de capas de Zero Hora

Fonte: Zero Hora, nº de casos = 50. Dados processados pelos autores.

Na tabela 2, é possível detectar que, dentre os itens selecionados como manchetes para as capas de Zero Hora aspectos econômicos são as principais interrogações e intervenções do jornal sobre os governantes, e até mesmo causam reflexos nos protestos e nas críticas de má gestão da máquina pública feitas pela sociedade. Algumas menções, a seguir, são exemplares nesse viés de forte crítica em cima de Dilma Rousseff e José Ivo Sartori na parte econômica. Na edição de 13.02.2015, há o reforço da denúncia contra José Dirceu, outrora nome forte do PT, sobre a propina recebida pelo partido no escândalo da Petrobrás e também uma informação a respeito da queda do Produto Interno Bruto. Na edição do dia 14.03.2015, há uma referência às manifestações pró-PT, no dia anterior, e a perspectiva para aos

grupos a favor do impeachment presidencial, no dia seguinte, em conjunto com uma informação de alta do dólar.

Isso significa que até manchetes de capa neutras em relação a Presidente da República vêm acompanhadas por notícias em segundo plano com apelo negativo para Dilma Rousseff ou membros de seu partido. Isso acontece também, em menor medida, com o governador José Ivo Sartori. Mas a grande diferença na cobertura desses chefes do Executivo está na representação qualitativa das capas.

A partir da análise de conteúdo e da verificação imagética do material coletado, foi possível detectar que a presidente da República acabou por ter uma sua imagem exposta com mais simbologia negativa do que o então governador do Rio Grande do Sul. Afora as fotos dos rostos destes representantes aparecerem de modo a retratá-los de maneira acuada, irritada ou perdida, no caso de Dilma Rousseff, a representação gráfico-imagética da publicação se dedicou um pouco mais em retratar os indicadores econômicos do governo petista de maneira a representar dificuldade, vide os casos, a seguir, da enorme tesoura representando cortes de recursos do governo federal ou o desenho de Dilma, acompanhada do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, perdendo o fôlego com os indicadores econômicos em queda.



Figuras 2 e 3. Capas do Jornal Zero Hora em março e abril (2015)

Fonte: Zero Hora

No restante do mês de março, seguem aparecendo capas destinadas a ilustrar o contexto político nacional. São dados destaques aos cortes do governo federal e como podem impactar no RS, por meio do FIES. Em abril é dada maior atenção pela capa do jornal à crise do estado, embora com ênfase distinta a dada aos fatos ocorridos no governo federal. Conforme é possível ver nas figuras 4 e 5, adiante, a referência à Sartori aparece de forma discreta na parte de baixo da capa do jornal.



Figuras 4 e 5. Capas do Jornal Zero Hora em maio (2015)

Fonte: Zero Hora.

No meses de junho e de julho, como visto nas figuras 6, 7, 8 e 9, há o destaque para os eventos da Operação Lava Jato, da Polícia Federal, sobretudo ao caso de investigação de desvio de verbas da estatal de petróleo, Petrobrás, e a relação desses desvios financeiros com filiados do PT. As manchetes de capas de Zero Hora são claramente chamativas quanto a essa relação excusa entre o partido de Dilma Rousseff e os desvios de dinheiro da Petrobrás.

O governo do Rio Grande do Sul também é referenciado no mês de julho quando Sartori anuncia seu desejo de privatizar estatais gaúchas, logo depois de uma capa semanal apontar a crise financeira do estado.





Figuras 6, 7, 8 e 9. Capas do Jornal Zero Hora em junho e julho (2015)

Fonte: Zero Hora.

Durante os meses de agosto e setembro, embora o jornal tenha dedicado uma capa para mostrar a resistência da então presidenta Dilma às articulações pró-impeachment, o destaque volta-se para a crise estadual. São três finais de semana dedicados a mostrar os eventos como greves estaduais de diversas entidades inclusive da educação. Novamente aparecem o parcelamento dos salários ao funcionalismo público e o pedido de empréstimo pelo governador. Em outubro, novamente as atenções do jornal voltam-se para abordar a situação econômica nacional e a relação da política nacional, sobretudo os problemas entre o PT e PMDB na base do governo.

5 | CONCLUSÕES

Assim, a perspectiva do agendamento apresenta a premissa de que os consumidores de notícias têm uma tendência a considerar mais importantes os conteúdos veiculados na imprensa do que propriamente uma análise mais profunda dos fatos. No caso da crise político-econômica, brasileira e gaúcha, o foco desenvolvido pelo Grupo RBS, por meio do jornal Zero Hora, foi direcionado para ambas crises, nacional e estadual, durante o ano de 2015. Dentro dessa posição de agendamento de Zero Hora do debate público gaúcho, a questão econômica sobressaiu-se como foco do periódico impresso. A fiscalização das ações dos governantes para resolverem os problemas econômicos foi a marca do jornal na cobertura política.

A análise de capas do jornal Zero Hora, durante o ano de 2015, apontam para uma forte personalização dos problemas econômicos, nacionais e estaduais, em cima dos governantes. Os partidos políticos não são responsabilizados e não são citados pela publicação, em conjunto com as coalizões governamentais que dão sustentação

aos governos, dos problemas político-financeiros. A capacidade de gestão dos chefes de Executivo sempre é colocada à prova, pelo jornal, em detrimento das dificuldades, internas e externas, que os governantes enfrentam no cotidiano de seus mandatos. Tal visão de Zero Hora, repassada ao leitor do jornal, fortalece a personalização da vida política, o que nem sempre possibilita responsabilizar os partidos destes políticos por alguns possíveis problemas de governabilidade.

É importante ressaltar que a posição de Zero Hora pode variar no tempo conforme a popularidade do governante oscila durante seu mandato. Assim, os dados analisados refutam, em parte, a hipótese de pesquisa que cogitava o apelo de Zero Hora sobre o governo federal como grande protagonista da crise política e econômica atual no Brasil e no Rio Grande do Sul. Tanto a presidenta Dilma, do PT, quanto o governador Sartori, do PMDB, aparecem como os principais responsáveis pelas suas respectivas crises políticas, com leve seletividade para retratar a então Presidenta de maneira mais caricatural.

Atualizando as informações, Dilma Rousseff sofreu a cassação do seu mandato em 2016. O impeachment ocorreu no contexto de um processo aberto em 2 de dezembro de 2015, pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. O processo de impeachment foi aprovado na Câmara, em 17 de abril de 2016, e no Senado Federal, em 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato de Dilma.

Nas eleições de 2018, José Ivo Sartori (PMDB/MDB-RS) foi derrotado nas eleições para o Governo do Rio Grande do Sul. Sartori, que buscava a reeleição, perdeu em segundo turno para o candidato do PSDB, Eduardo Leite, em 28 de outubro de 2018. O eleitor gaúcho manteve a “tradição” de não reeleger o governador, desde que foi instituído o direito de se candidatar à reeleição, a partir de 1998.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando. Para além da descentralização: os desafios da coordenação federativa no Brasil. In: FLEURY, S. (Org.). **Democracia, descentralização e desenvolvimento**: Brasil e Espanha. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 77-125.

_____; F.L.; PEDROTI, P; PÓ, M. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. IN: LOUREIRO, M.R; ABRUCIO, F.L; PACHECO, R. S. **Burocracia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARRETCHE, Marta. **Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Ed. FGV, 2012.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BURGESS, M; GAGNON, A. **Comparative Federalism and Federation: competing traditions and future directions**. Toronto: University of Toronto Press, 1993.

- CARVALHO, José Murillo de Carvalho. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- FACCIN, Milton Julio. **Zero Hora: a voz que une os gaúchos**. Trabalho apresentado no 7º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre, 2009.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Editora Globo, 2012.
- FELIPPI, A.C. **Jornalismo e identidade cultural: construção da identidade gaúcha em Zero Hora**. Tese de Doutorado em Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.
- FERES, JR. J. Em defesa das valências: uma réplica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 19, p.277-298, 2016.
- FERES, JR. J; SASSARA, L. **O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998**. Revista Compólitica, vol. 6 (1), p.30-63, 2016.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e Descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde do Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 1999; e COSER, Ivo. **Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil (1823-1866)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- FIGUEIREDO, R; LAMOUNIER, B. **As cidades que dão certo: Experiências inovadoras na administração pública brasileira**. Brasília: MH comunicação, 1996.
- GOHN, M.G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LEAL, V. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.
- LINCKE, M. **A construção da credibilidade e a publicidade autorreferencial: uma análise da campanha de 50 anos de Zero Hora**. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
- LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**. A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- MCLUHAN, M. **O meio é a mensagem**. In: MORTENSEN, Charles (Org.). Teoria da Comunicação: textos básicos. São Paulo: Mosaico, 1980. p. 428-441.
- MIGUEL, Luiz Felipe. Quanto vale uma valência? **Revista Brasileira de Ciência Política**, vol. 17, p.165-178, 2016.
- MISOCZL, M.C; FERREIRA, C. A construção simbólica da definição de governar e de governador realizada pelo jornal Zero Hora nas três últimas eleições gaúchas. **Cadernos EBAPE.BR**, VOL. 3, nº 4, 2005, p.1-17.
- OLIVEIRA, S. M. **Movimento dos Sentidos: o discurso do jornal Zero Hora sobre o Partido dos Trabalhadores, durante a comissão parlamentar de inquérito da segurança pública, realizada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2001**. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- PAPI, Luciana. **Repactuação das relações intergovernamentais na implementação da política de**

assistência social: uma análise na região metropolitana de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

PEREIRA, B. **O Estadista, a Nação e a Democracia.** In A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

PETERS, B. G. **The Search for Coordination and Coherence in Public Policy:** Return to the Center? Pittsburgh: University of Pittsburgh, Department of Political Science, 2005.

QUEVEDO, J. **Porto Alegre de Papel:** uma análise das capas de Zero Hora de 1989 e 1992. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

RECK, T. **Breve análise da cobertura de polícia e segurança pública em Zero Hora e Correio do Povo no período eleitoral.** Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos CEBRAP**, N^o .97, São Paulo, nov. 2013.

TATSCH, J. **O grosso calibre das palavras:** um estudo da cobertura de segurança pública de Zero Hora. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** 6.ed. Lisboa: Presença, 2001.

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/11/22/estado-do-rio-grande-do-sul-faliu-afirma-secretario-de-sartori.htm>, acessado em dezembro de 2017.

SOBRE A ORGANIZADORA

Anna Paula Lombardi - Possui graduação em Bacharelado em Geografia (2011) e Licenciatura em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Mestre em Gestão do Território (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Doutora em Geografia (2018) pela mesma Instituição. Bolsista Capes pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior realizado na Universidad Autónoma de Ciudad Juárez/Chihuahua/México pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Doutorado em Estudios Urbanos (2017). Conhecimento na área de Geografia e Ensino de Geografia. Atua principalmente nas áreas de espaço urbano, Planejamento Urbano, sociedade; práticas sociais, grupos de minorias, políticas públicas e os estudos da Geografia da Deficiência (the Geography of Disability). Trabalhou como Professora/formadora na UAB no curso de Licenciatura em Geografia pela disciplina de (OTCC) Orientações de trabalho de conclusão de curso pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Atualmente é Docente pela Faculdades CESCAGE e realiza Orientações e supervisões no curso de Especialização em História, Arte e Cultura a distância pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-052-0

